

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 151 - Outubro de 1978

EDITORIAL

Criar no Congresso um sólido bloco democrático

Nada, rigorosamente nada poderia simbolizar melhor a situação em que vivemos do que a «autocrítica» de Delfim Neto sobre sua maneira de servir ao regime. Autocrítica tardia, que não val resuscitar as crianças mortas de subnutrição, vítimas de sua política de miséria, nem os que protestavam contra ela e foram executados pela repressão que acompanhava sua aplicação.

A encenação do manhoso Delfim ilustra bem o presente, na medida em que mostra a necessidade da safadeza. Em fevereiro último, falávamos da «comovente conversão» às regras democráticas do ex-ministro todo-poderoso e prevíamos a possibilidade de ele começar a manifestar «preocupações sociais». Explicávamos que isto se devia à mudança do contexto geral do País. Não podemos deixar de registrar, com satisfação, que as novas declarações de Delfim confirmam a evolução da tendência positiva, ou seja, o crescimento do movimento oposicionista, do combate pela democracia. Diante de quem, em última análise, se curva Delfim, quando descreve em linguagem açucarada a política horrível que aplicou? Diante de quem, se não da pujança dos movimentos grevistas do operariado?

Mas o episódio aponta também para o futuro. Estreitamente ligado à campanha eleitoral, ele condensa toda uma riqueza de ensinamentos sobre o que poderá acontecer depois. Aqui, trata-se da safadeza propriamente dita. Se a hipocrisia, como queria o pensador, é o tributo que o vício paga à virtude, ela não deixa de ser vício. Delfim está dando o sinal, em nome dos interesses que representa. E como se ele dissesse: «Os tempos mudaram, a grande tarra autoritária não é mais viável, adaptemos nossa linguagem, nossa estratégia e nossa tática».

A preocupação não é nova. Nem em nossa História — «Pedro, põe esta coroa sobre tua cabeça antes que algum aventureiro o faça», recomendava João VI há mais de 150 anos —, nem na história da ditadura. Novos são o ritmo em que as coisas estão acontecendo e a extensão das mudanças que os poderosos se vêem compelidos a operar em sua retórica.

Novos são também os perigos que rondam o campo da democracia. Além dos mecanismos de pressão vigentes, cuja aplicação na

«eleição» do ex-chefe do SNI à presidência e na aprovação das «reformas» pela ARENA mostra, mais uma vez, que a ditadura não acabou, existem as fraquezas do movimento oposicionista, as objetivas e as subjetivas.

As objetivas ligam-se à organização ainda insuficiente das camadas populares e dos movimentos de massas. As subjetivas decorrem principalmente de não estar ainda claro, para alguns, que é preciso promover a unidade geral, mais ampla possível, em torno do objetivo de conquistar as liberdades democráticas. Sem acabar com a ditadura, sem substituí-la por um regime democrático, não se pode pretender seriamente que as lutas pelos interesses populares alcancem a amplitude e a força necessárias para obter mudanças reais. Para acabar com a ditadura, para que não nos vejamos amanhã diante de uma interminável situação em que a ditadura, não sendo nem carne nem peixe, continue sobrevivendo, é preciso somar, facilitar a abertura de caminhos e a conquista de espaços para a participação popular.

Neste momento, isto se faz concentrando todos os esforços na campanha eleitoral, para que ela, a despeito da Lei Falcão, seja um grande momento de expressão das reivindicações e aspirações do povo. Para que a votação dê a vitória à oposição. A vitória da oposição não fará com que ela assumo o governo, porque estamos numa ditadura, mas poderá levar à formação de um bloco democrático no Congresso, reflexo de uma aliança mais ampla na sociedade, capaz de desempenhar um papel importante no processo de extinção da ditadura. Até mesmo certos arenistas mais clarividentes já compreenderam a importância da derrota do arbítrio nas eleições, como é o caso de Rafael de Almeida Magalhães, que se incorporou à campanha senatorial de Nelson Carneiro.

Ao mesmo tempo, é preciso fixar sem ambigüidades a posição do campo democrático face à participação dos militares. Não se trata, nem agora nem depois, de estimular conflitos de facções no seio das Forças Armadas, mas de trabalhar para incorporar a maioria dos militares à luta pela democracia, para impedir que o regime, brandindo o espantinho do caos, imponha o peso da hierarquia para manter a Nação sob o domínio do arbítrio.

Entrevista exclusiva com Luís Corvalán

(pág. 7)

O novo significado das eleições

(pág. 3)

Nova intervenção de Prestes no debate político

(pág. 8)

No processo do PCB, uma condenação do regime

(pág. 5)

IDÉIAS: Comunistas e cristãos pela democracia

(pág. 4)

O Congresso e a luta pela democracia

(pág. 6)

Notas

Um representante do PCB participou dos trabalhos da Conferência de Solidariedade com a Luta Árabe-Africana contra o Imperialismo e a Reação, realizada em Adis-Abeba na terceira semana de setembro.

O discurso de abertura da conferência foi pronunciado por Fidel Castro, que disse: «os imperialistas questionam o papel de Cuba na África, mas nós nunca nos opomos a uma solução pacífica neste continente, em quaisquer conflitos, desde que tal solução seja negociada pelos legítimos representantes dos diversos grupos nacionalistas».

Hermes Lima, um democrata

Mesmo que por um momento deixássemos de lado os crimes maiores cometidos pela ditadura militar fascista no Brasil (os assassinatos, as torturas, as prisões, os «desaparecimentos», a corrupção e o terror, mais a brutal exploração do nosso povo, a desinformação sistemática da juventude e outros), ainda teríamos um crime a ser denunciado na trajetória sombria dos homens que deliraram o poder, em nosso País, nos últimos 14 anos e meio: eles roubaram a alguns homens de bem, democratas sinceros e provados, o direito de tais cidadãos reencontrarem em sua Pátria, antes de morrerem, as liberdades democráticas. Otto Maria Carpeaux e Prudente de Moraes Neto, por exemplo, morreram frustrados, por não terem podido viver o restabelecimento — que sabiam inevitável — de um clima de livre confronto entre as mais diversas correntes políticas. A mesma frustração foi imposta pela ditadura, agora, a Hermes Lima, que faleceu dia 1^o de outubro, no Rio.

Hermes Lima nasceu no interior da Bahia, em Livramento do Brumado, em 1903. Formou-se em Direito e ganhou, por concurso, uma cátedra de sociologia. Transferiu-se em 1926 para São Paulo, onde frequentou círculos ligados ao modernismo na literatura e nas artes. Em 1933 conquistou, por concurso, a cátedra de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade Nacional de Direito, no Rio. Por sua participação na Aliança Nacional Libertadora, foi preso em 1936. Libertado, viu-se compelido a trabalhar como advogado e jornalista, pois havia perdido o lugar na Universidade.

Em 1945, com a anistia, não só recuperou o posto que lhe cabia na faculdade como também foi eleito deputado federal, participando assim com destaque da elaboração da Constituição. Na batalha parlamentar travada no final de 1947 e nos primeiros dias de 1948, Hermes Lima se opôs com firmeza à cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas.

Em 1961, o Presidente João Goulart nomeou-o Chefe da Casa Civil. Depois, passou a Ministro do Trabalho e Primeiro-Ministro, na vigência do parlamentarismo. Restabelecido o presidencialismo, Hermes Lima foi nomeado Ministro das Relações Exteriores e em junho de 1963 assumiu um lugar no Supremo Tribunal Federal.

Urnês antes de se aposentar, foi afastado do Supremo Tribunal Federal pelo AI 5. No mesmo ano do seu afastamento (1969), a Academia Brasileira de Letras, reconhecendo a qualidade de seus numerosos livros e a dignidade de sua conduta como intelectual, acolheu-o entre seus 40 «imortais». Infelizmente, a «imortalidade» conferida pela Academia não assegurou a Hermes Lima um número suficiente de anos de vida para que ele pudesse assistir à derrocada final (que ele percebia não estar longe) de um regime por ele sempre firmemente repellido.

Giscard no Brasil

Pouco antes da visita do presidente francês Giscard d'Estaing ao Brasil, o ex-primeiro ministro (do próprio Giscard), presidente do partido gaulista RPR e prefeito de Paris, Jacques Chirac, fizera uma declaração que não deixou de chocar os mais desatentos: «A França nunca foi governada tão à direita, desde a II Guerra Mundial, como agora». Demagogia e retórica à parte, ele tem razão.

E assim se compreende o papel lamentável do chefe de Estado francês em nosso País. Mesmo numa imprensa tão reacionária e manipulada pelo poder como a «grande imprensa» da França, não faltou quem chamasse a atenção para o fato de que a viagem de Giscard aparecia como uma caução ao regime brasileiro.

Ele não deixou de encontrar o «candidato» Figueiredo, que meses antes, num de seus acessos de furor, dissera que o AI-5 é mais brando que o artigo 16 da Constituição francesa e que o regime francês derrota o brasileiro em matéria de autoritarismo.

É verdade que o artigo 16 da Constituição francesa dá ao Presidente da República um grau de arbitrio incompatível com as normas vigentes nos países mais democráticos da Europa, e convém lembrar que ele foi uma consequência do golpe de Estado branco de 1958. Mas não é menos verdade que esta Constituição foi referendada por 80% dos eleitores, e que esta votação, conquanto equivocada, não o foi a ponto de permitir o esmagamento da democracia na França. Quanto ao AI-5 do general Figueiredo e seus correligionários.

Somos inteiramente favoráveis ao desenvolvimento das relações de nosso País com todos os povos, e particularmente com a França. O Presidente da França seria condignamente recebido no Brasil, qualquer que fosse o regime nele vigente. Mas é deplorável que Valéry Giscard d'Estaing tenha caído no ridículo de sublinhar a «preocupação comum dos dois governos com os direitos do homem» e em elogiar «a firmeza e a serenidade» com que o ditador Geisel conduziu a «democratização do Brasil». E que tenha apresentado, como «balanço», a assinatura com o governo brasileiro, de alguns contratos que interessavam a multinacionais francesas.

A derrota das esquerdas nas eleições de março de 1978 não gerou uma grande euforia entre os reacionários franceses, pois eles sabem que seu reinado continua ameaçado.

tendo em vista a crise e a combatividade das massas. Mas não deixou de estimular-lhes o cinismo. Ao mesmo tempo, o comportamento de Giscard como caixeiro-viajante mostra também um certo pragmatismo de tempo de vacas magras. O que ele ambicionava — um lugarzinho ao sol no programa nuclear que a Alemanha Federal abocanhara — não foi possível obter.

A moral da «nova ordem»

Quanto acreditaram, sinceramente, na palavra de ordem do combate à corrupção, lançada pelos golpistas de 1964? Hoje, transcorridos quatorze anos e meio da implantação da «nova ordem», quase ninguém se arrisca a evocar publicamente o propalado ideal moralizador do movimento militar que depôs o Presidente João Goulart. O regime chafurda num pantano de irregularidades e escândalos administrativos, as denúncias se multiplicam e a vergonha se perde, os detentores do poder preferem agasalhar a corrupção que outrora denunciavam a apurar as responsabilidades de seus comparsas.

Quem acusa os Ministros e os Generais de estarem envolvidos em falcatruas e negociações não é o Partido Comunista Brasileiro, não são os combatentes das esquerdas, não é sequer a oposição, o MDB: é a revista alemã-ocidental *Der Spiegel*, é o General Hugo Abreu (que até bem pouco tempo prestava relevantes serviços ao regime).

Os fatos estão demonstrando que o regime, baseado numa espoliação descarada dos trabalhadores e das massas populares em geral (conforme reconhece agora o próprio Delfim Neto), baseado no roubo sistemático praticado pelos monopólios nacionais e estrangeiros (sobretudo norte-americanos) contra a economia nacional, não poderia comportar, não comporta e nem comportará qualquer respeito aos padrões de honestidade exigíveis de administradores dignos. A desonestidade implícita dos objetivos econômicos e políticos impede que o regime possa contar com a honestidade pessoal daqueles que o servem.

Da nada adianta o Ministro Mário Henrique Simonsen, buscando o patético, causar à opinião pública o constrangimento de uma declaração como a que fez: «Quem pode garantir que a própria mãe não prevaricou?». Se vivo fosse, o implacável Stanislaw Ponte Preta não deixaria de sancionar esta nova sandice.

Na realidade, o que a experiência histórica mostra é que o solo propício para o cultivo dessa planta delicada que é a moralidade administrativa não admite o adubo falsificado das ditaduras: o administrador honesto brota com dificuldade nas estufas do arbitrio e da repressão. O caminho para superar a corrupção passa pela democracia. Hitler e Mussolini concentraram um colossal poder discricionário em suas mãos; proclamaram enfaticamente a intenção de «purgar» o aparelho de Estado e viverem cercados de meliantes. A conclusão é inequívoca: só a ampla participação do povo, só a vigilância constante das massas e sua mobilização consciente proporcionam os instrumentos eficazes para o combate à corrupção.

A. Barreto

Unidade da oposição antes, durante e após as eleições

Os últimos fatos políticos ocorridos no País — desde a nomeação dos governadores e senadores biônicos, passando pela aprovação integral das «reformas» propostas por Geisel e pela recusa da Emenda Montoro, até a «eleição» mais ou menos tranquila do novo ditador — transcorreram aparentemente segundo as linhas desejadas e previstas pelos estrategistas da ditadura. Observadores superficiais da cena política poderiam até falar numa vitória do regime.

Mas as coisas não são tão simples. Antes de mais nada, é preciso lembrar que muitas dessas iniciativas do regime refletem, de certo modo, a força da oposição; as propelas «reformas», por exemplo, apesar do seu caráter limitado e manipulador, sancionam certos espaços conquistados pela luta da oposição, pelo acrescido peso do movimento de massas, pela pressão crescente da opinião pública. Mas é também verdade que o regime revelou conservar ainda uma relativa margem de iniciativa: valendo-se das ameaças veladas ou abertas de endurecimento, numa situação ainda marcada pela presença do AI-5; utilizando-se das articulações golpistas de certos oficiais insatisfeitos com a candidatura Figueiredo para tentar fechar algumas brechas abertas nos meios militares; beneficiando-se mais uma vez da habitual docilidade da ARENA; a ditadura obteve uma aparente vitória na batalha para consolidar suas posições ameaçadas e tentar barrar o processo de democratização do País.

É preciso assim insistir sobre o caráter aparente dessa vitória. O relativo êxito obtido não pode esconder o profundo desgaste sofrido pelo regime nos últimos tempos. As denúncias de corrupção generalizada feitas por personalidades recém-regressas dos meios do sistema; o profundo mal-estar que a candidatura Figueiredo gerou não só na sociedade civil, mas também no seio das próprias Forças Armadas; a existência da candidatura alternativa de um general de quatro estrelas — tudo isso indica a presença de claros sintomas de crise interna no regime ditatorial. Se levarmos em conta que o período continua marcado pela ascensão do movimento de massas, em particular da classe operária, veremos que o relativo êxito do regime não anula o fato de que a tendência dominante continua a ser a do seu declínio.

Por outro lado, não se deve subestimar a importância e o valor positivo da candidatura do General Euler Bentes, apesar de sua previsível derrota num colégio eleitoral manipulado. É verdade que muitos erros foram cometidos no seu encaminhamento, o menor dos quais não foi certamente o açoitamento golpista de muitos dos seus articuladores

civis e militares — açoitamento do qual, diga-se de passagem, não participou o próprio General Bentes. A tendência a colocar a questão da sucessão em termos de número de tanques acirrou tensões, facilitou o trabalho de reabsorção de certas ovelhas desgarradas por parte do regime e, sobretudo, impediu que o movimento unitário que se esboçava em torno da Frente Nacional de Redemocratização pudesse ser levado a cabo. Essas ilusões golpistas, além do mais, contribuíram para que, em algumas áreas da oposição, não se desse a devida importância às eleições de novembro. De qualquer modo, porém, a candidatura Bentes — incentivando o debate político no País e aparecendo como um pólo de atração oposicionista para os setores que se «descolavam» do regime — teve um papel eminentemente positivo. Representa um capital que as forças democráticas devem conservar e utilizar no futuro, muito particularmente nas eleições de novembro.

E aqui chegamos ao essencial: as eleições de novembro aparecem como a grande oportunidade para anular inteiramente esse êxito relativo da ditadura e abrir um quadro político radicalmente novo no País. Cessada, ao que tudo indica, a esperança utópica de muitos num eventual «golpe progressista», parece possível — e é absolutamente necessário — recompor a totalidade das forças de oposição em torno de um esforço unitário que tenha como meta a obtenção de uma grande vitória eleitoral do MDB em novembro.

Essa vitória permitiria a criação de um bloco parlamentar democrático que, respaldado no movimento organizado das massas, pode ter um papel decisivo no sentido de impulsionar a transição para a democracia política. Um Congresso formado por uma maioria antifascista, atuando de acordo com a esmagadora maioria da opinião pública nacional, poderia reconquistar paulatinamente suas prerrogativas próprias, ampliando sua área de atuação e restringindo e comprimindo a do Executivo. A diminuição do desequilíbrio entre os poderes da República seria um importante fator no processo de substituição do regime militar-fascista, já que esse se tem caracterizado — do ponto de vista formal — pela autocrática ditadura do Executivo, apoiado no Alto Comando das Forças Armadas, sobre o conjunto dos Organismos representativos da Nação. De dócil instrumento dessa ditadura, graças à maioria arenista atual, o Congresso pode e deve se converter numa trincheira avançada da luta pela completa democratização, aparecendo admais como um momento privilegiado da

síntese política dos vários segmentos sociais em choque com o regime. Para isso, é fundamental uma vitória expressiva do MDB nas eleições de novembro.

E aqui se coloca uma questão da maior importância: a conservação da unidade da frente oposicionista e democrática parlamentar durante a próxima legislatura. As forças responsáveis da oposição deveriam examinar com o máximo cuidado as vantagens e desvantagens de utilizar-se das possibilidades concedidas pelas «reformas» promulgadas pelo regime para a organização de novos partidos. Na Nota Eleitoral da Comissão Executiva, de maio de 1976, afirmamos: «O aparecimento de correntes ou de embrões de novos partidos não deve impedir sua unificação no seio do MDB, unificação realizada em torno da plataforma democrática expressa no programa dessa agremiação política de caráter frentista. E essa unificação deve ser preservada mesmo na eventualidade, nada improvável, de que o regime, mediante um ato de arbitrio, dissolva os atuais partidos antes ou depois das eleições, com o objetivo de minimizar ou anular a vitória da oposição. Todos os candidatos que concorrerem às eleições na legenda do MDB deveriam assumir o compromisso público de se manterem unidos numa mesma agremiação política, seja ela um partido ou uma frente, até que fossem conquistadas todas as liberdades democráticas contidas no programa atual do MDB». Consideramos que tal posição permanece válida, mesmo após a promulgação das novas leis partidárias. Assim, todos os esforços devem continuar a ser feitos no sentido de se manter a frente oposicionista, seja sob a égide do MDB, seja sob a forma de uma nova frente unitária (que poderia ser, por exemplo, um bloco parlamentar).

As eleições diretas de novembro, por isso, não devem ser entendidas apenas como a ocasião para marcar uma posição de protesto, uma demonstração de repúdio contra a ditadura. Elas representam uma oportunidade concreta para introduzir modificações efetivas no quadro político nacional, abrindo caminho para importantes vitórias das forças democráticas na «guerra de posição» contra o regime; no processo de transição que porá fim à ditadura militar-fascista e implantará no Brasil um regime fundado nas liberdades democráticas fundamentais. Essa avaliação da importância das eleições e das batalhas parlamentares que a ela se seguirão não pode ser entendida em oposição ao fortalecimento crescente do movimento de massas; ao contrário, só da articulação dos dois processos é que resultará a força de choque da frente democrática, a possibilidade de conduzir com êxito — e de baixo para cima — as lutas por uma anistia ampla e irrestrita, pela extinção definitiva das leis de arbitrio, pela livre organização sindical e partidária, e, finalmente, pela convocação de uma Assembleia Constituinte que sancione essas conquistas democráticas e abra caminho para a renovação política, social e econômica do Brasil.

o que a paz espera do papa

Ao choque e à consternação causados pela morte súbita de João Paulo I, seguiu-se a expectativa em torno da eleição de seu sucessor à frente da Igreja católica. A curtíssima passagem de João Paulo I pela missão de pastor máximo (designação que ele preferiu à de sumo pontífice) suscitou, num plano profundo, um grande interesse por suas proposições e atitudes. Para além da curiosidade sobre os episódios «políticos» que cercaram a designação de Monsenhor Wojtyła, cardeal de Cracóvia, interessa ao mundo todo apreender qual o sentido profundo desta escolha, que situação ela traduz e que perspectiva encerra.

Assim como não ficamos imunes à simpatia irradiada por João Paulo I, e cujos reflexos em termos de adesão das grandes massas católicas foram interrompidos por seu desaparecimento, pudemos compreender a apreensão dos chefes da Igreja face aos problemas que foram colocados pela realização de um novo concílio. Tratava-se, básica-

mente, de garantir o processo de crescente sintonização da Igreja com as necessidades das grandes massas e com as realidades do mundo de hoje, mas sem colocar em risco sua unidade.

Fazemos ao sucessor de João XXIII, Paulo VI e João Paulo I os mesmos votos que formuláramos em nosso número de agosto: que ele saiba criar condições para empregar «a força moral que o Vaticano é capaz de mobilizar contra os provocadores de guerra» e obtenha resultados ainda melhores que os que puderam obter seus antecessores. A eleição de um cardeal de país socialista não só ilustra a diversidade da Igreja como acentua a importância do problema da paz no mundo.

No artigo abaixo, uma apreciação das relações entre cristãos e comunistas no Brasil, o maior país católico do mundo.

Comunistas e cristãos pela democracia

Isolar cada vez mais a ditadura, derrotá-la e promover sua substituição por um regime democrático, tais são as palavras de ordem de milhões de brasileiros das mais diferentes classes e camadas sociais, e filiados às mais diversificadas correntes de pensamento.

Os comunistas sempre colocaram em primeiro plano a necessidade de se forjar uma ampla unidade na luta pelas liberdades democráticas. Motivados pela preocupação de dar aos problemas brasileiros uma solução democrática, não nos cansamos de apelar para o confronto de idéias, o diálogo e a unidade de ação de todos os setores de nossa sociedade que se opõem ao regime de arbítrio que nos oprime. Este diálogo esclarecedor não concerne apenas aos partidos e grupos políticos, mas a todas as forças vivas da Nação.

Entre elas, queremos aqui destacar uma das maiores e mais importantes: a Igreja católica. Não se trata, em absoluto, de confundir-la com uma organização meramente político-partidária. Sua natureza, suas funções e sua estrutura dotam-na de um caráter específico e fazem dela, a uma só vez, uma importante corrente de pensamento, uma família espiritual, uma comunidade de homens e mulheres unidos pela vivência e para o anúncio de uma mesma fé. O fato de os comunistas terem uma concepção do mundo diferente da que professam os cristãos não os impede de procurar compreender essa especificidade e de reconhecer o papel destacado que a Igreja desempenha na vida nacional.

A separação da Igreja e do Estado, que por sinal prestou um imenso serviço à Igreja, liberando-a de compromissos que prejudicavam sua missão, não significa o confinamento de seus ministros na sacristia nem a

restrição de suas atividades ao simples culto. O Concílio Vaticano II inovou profundamente a idéia que a Igreja tem dela mesma e do seu papel dentro da sociedade civil. A Igreja, que — para utilizar as palavras de um eminente teólogo — se quer «servidora e pobre», identifica-se cada vez mais com o povo, especialmente no Brasil; e apresenta-se como porta-voz dos seus anseios de justiça e de liberdade. É esta ligação cada vez mais profunda com o povo, e sobretudo com as camadas mais pobres da população, que a impele a assumir posições corajosas, denunciando as violências, o arbítrio e os desmandos da ditadura fascista, e a abrir as igrejas para assembleias populares. Isto, é claro, só pode irritar os reacionários de todos os matizes, que julgam normal que a Igreja se ocupe da defesa do «Occidente cristão», que ela se lance em cruzadas anticomunistas, que ela ensine a resignação aos oprimidos, mas que se escandalizem quando ela defende os interesses dos que são explorados, exige a liberdade e luta ao lado do povo contra as injustiças.

Cada vez que a Igreja manifesta sua desaprovação aos gloriosos feitos do regime não menos glorioso que impera em nosso país, o reacionário urra: «Perigo! a Igreja está se politizando...» Sim, a Igreja se «politiza», e no melhor dos sentidos: ela se interessa por tudo o que diz respeito às condições concretas de vida dos brasileiros. O que irrita os tartufos da ditadura é que ela não quer apenas «salvar as almas», mas, como dizia Paulo VI na encíclica *Populorum Progressio*, «o homem todo e todos os homens». A Igreja do Concílio considera que trairia seus ideais se passasse indiferentemente ao largo da miséria em que vive a maioria do nosso povo. E isto os comunistas compreendem perfeitamente.

Os cristãos dizem, repetindo o Evangelho: «Não basta dizer Senhor, Senhor...». Os comunistas dizem: «A prática é o critério fundamental da verdade». Para ambos, o valor de uma sociedade não está nas frases que ornem os seus monumentos nem nos textos dos discursos de seus dirigentes. Para eles, uma sociedade vale o que valem nela as relações concretas entre os homens. Quando estas relações são baseadas na exploração e na opressão de um grande número por uma pequena minoria, cristãos e comunistas têm o dever de lutar para transformá-las. A Igreja tem consciência disto, tanto mais que seus membros não são seres à parte da sociedade, que pairam acima dos problemas e vivem em isolamento esplêndido. Cristãos e não-cristãos, igualmente vítimas da ditadura, estão igualmente interessados na sua eliminação.

Os inimigos da democracia, sentindo a força desta realidade, procuram jogar uns contra os outros, improvisam-se em teólogos e doutrineiros e arrogam-se o direito de separar os «bons» e os «maus» cristãos dentro da Igreja, clamando pela excomunhão daqueles que reconhecem nos progressistas e, especificamente, nos comunistas seus companheiros na luta pelos interesses maiores do povo brasileiro. Esses tartufos não enganam ninguém. Os cristãos sabem, tanto quanto os comunistas, que, no combate pela democracia, estão todos no mesmo campo, e que não há nenhuma linha de demarcação entre os brasileiros definida pela crença ou não em Deus, quando se trata de combater as injustiças e defender os interesses da imensa maioria de vítimas da política da ditadura.

Contrariamente ao que fazem os defensores do fascismo e certos ideólogos a serviço

da minoria ultra-privilegiada, os comunistas não se imiscuem jamais nos debates internos da Igreja a propósito da fé, da religião ou da liturgia. Cabe evidentemente aos próprios cristãos decidir como querem viver seu cristianismo. Claro, os comunistas não se desinteressam dos debates teológicos e sobre a vida da Igreja. Mas jamais procurarão «ensinar o padre-nosso ao vigário».

Quatorze anos e meio de resistência à ditadura aproximaram comunistas e católicos brasileiros, independentemente de contatos formais, tão necessários, eles também, mas que foram até aqui concretamente impossíveis. Os preconceitos e as discriminações de parte a parte já vinham sendo superados, e orgulhamo-nos de termos, na maior parte das vezes, facilitado esta superação. Mas ela se desenvolvia de forma lenta e precária. Sob a ditadura, o processo se ampliou, se acelerou e se aprofundou. Em milhares de ocasiões, os católicos, leigos ou sacerdotes, puderam constatar a sinceridade do empenho dos comunistas e demonstrar-lhes sua própria sinceridade. E os comunistas deram e receberam de muitos católicos a expressão de uma generosa solidariedade.

Hoje, é corrente encontrarem-se cristãos e comunistas no mesmo trabalho pelas reivindicações das massas populares e no mesmo combate pela conquista de um regime democrático.

Este encontro no vasto terreno comum é generalizado e tem uma base espontânea, decorre das próprias exigências da realidade. Mas é também consciente, e deve sê-lo cada vez mais. É uma procura consciente que precisa crescer, crescer muito. Há muita coisa a esclarecer. Tanto quanto esperamos da Igreja e dos católicos que evoluam de acordo com a evolução do mundo e do nosso país, consideramos que eles podem e devem nos colocar suas expectativas, suas críticas e interrogações.

É na base do respeito mútuo que, sem renunciar a suas respectivas identidades filosóficas, comunistas e cristãos trabalham juntos. Nós achamos, como tantos cristãos, como tantas autoridades e instituições católicas, que este trabalho irá muito além da eliminação da ditadura, se desdobrar na busca das profundas transformações democráticas que a situação nacional exige. Mais que isto: achamos que cristãos e comunistas poderão, no futuro, se colocar conjuntamente o problema da construção do socialismo no Brasil, porque achamos que os ideais do socialismo não são contrários à fé dos cristãos. Mas compreendemos que cabe a estes verificá-lo e proclamá-lo.

Para isto, e para que nós também possamos nos expressar amplamente, publicamente, o principal objetivo a alcançar é o fim da ditadura, a construção de um regime democrático. O que não é uma aspiração apenas de cristãos e comunistas, mas uma aspiração e uma necessidade vitais de nosso povo.

José de Oliveira

«Processo» do PCB condena ditadura e abre campo à anistia

O mais famoso «processo» do PCB terminou.

Depois de anos em que centenas de brasileiros se viram submetidos às mais cruéis torturas e arbitrariedades para que denunciassam amigos, companheiros ou simples conhecidos, um tribunal militar acabou decidindo pela não-condenação de sessenta e três acusados de «subversão comunista». Entre eles, Luiz Carlos Prestes, internacionalmente conhecido como secretário geral do PCB...

Seria grotesco se não fosse trágico. Se não tivesse custado a vida de tantos dirigentes, quadros e militantes de nosso Partido.

Não vale a pena voltar aqui aos detalhes da sessão no tribunal, já comentados dos mais diversos ângulos pela imprensa de todo o País. Mas cabe destacar um pensamento produzido no calor dos debates, e que alcerça bem a reflexão sobre o que realmente estava em jogo no momento em que os juizes militares tomaram sua decisão: crime não deveria ser pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, mas colocar o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade.

Com efeito, se examinamos a argumentação da quase totalidade dos advogados que trabalharam na defesa dos acusados, o que vamos encontrar não são tentativas de apresentar «desculpas» ou «arrependimento». O que se viu, e era justo, foi o estabelecimento de uma linha de debates em que o verdadeiro acusado era o regime e não os que ocupavam o banco dos réus. Foi o regime quem teve de pressionar para que, daquele tribunal, não saísse um inquérito — este sim, válido — para a purgação do destino dos vários «desaparecidos».

É este é o fundo do problema. Esta é a realidade que emerge neste momento difícil da vida brasileira, quando um regime autoritário e criminoso, dispondo ainda de uma área de manobra, já não pode determinar o rumo das coisas como fazia até bem pouco tempo atrás. O que estava em discussão no tribunal não era a «culpabilidade» de nenhum dos «acusados», mas o confronto — que se manifesta hoje em nossa sociedade inteira — entre democratas que defendem a liberdade de organização e pensamento, e reacionários que a temem, porque acostumaram-se a defender seus interesses e argumentos com a força da repressão e da tortura. O que estava em discussão era a legalidade do PCB, a mais antiga corrente de pensamento organizada de nossa vida política. Do partido que, no último meio século de nossa história, se empenhou da forma mais consequente na defesa da democracia e dos reais interesses do povo e da Nação.

O resultado final do julgamento foi, neste sentido, bem representativo do quadro atual. Luiz Carlos Prestes deixou de ser condenado por sua atividade política «clandestina»; mas, em contrapartida, esqueçamos dos «desaparecidos», alegando os juizes que nada

provava terem eles «desaparecido» em função daquilo que estava em julgamento no tribunal.

Em outras palavras, isto quer dizer: concordamos que a ilegalização do PCB é uma aberração, só explicável em países onde os povos são submetidos a regimes de terror e opressão, mas infelizmente ainda não temos força para impor uma solução legal realmente justa. Em suma, juizes militares expressando, através de seu veredicto, um retrato da realidade brasileira hoje.

O regime já não tem as mãos livres para fazer o que bem entende, para ocultar seus métodos arbitrários, para disfarçar o enriquecimento corrupto de vários de seus expoentes. O crescimento e a ampliação da resistência democrática — através de uma participação popular conquistada e não concedida — já não lhe permite fazê-lo. Mas, por outro lado, quatorze anos de poder absoluto, de construção de um aparelho de Estado voltado para a defesa a qualquer preço, por mais violentas e repugnantes que fossem as armas, dos interesses reacionários e antinacionais de uma pequena casta de privilegiados, nos levam a não perder de vista suas possibilidades de manobra, de envolvimento, de busca de novos meios de dominação.

E neste contexto, por exemplo, que entra a onda de boatos quanto à «seleção» dos anistiáveis por parte dos acólitos de Figueredo, Brizola, sim, «porque se ligou à social-democracia alemã e norte-americana (sic)», mas Arraes e Julião não, por se terem ligado ao «comunismo internacional». O que implica, obviamente, em estabelecer discriminações e isolar também os membros do PCB.

No que concerne ao ex-deputado e ex-Governador gaúcho, os comunistas sempre manifestaram sua total solidariedade, independentemente dos diversos pontos de divergência, que nunca foram segredo para ninguém. Mais ainda, só teríamos satisfação com a volta de um político como Leonel Brizola à cena brasileira.

Mas isto não nos impede, ao contrário, nos obriga a ressaltar a necessidade de fazer com que todos os democratas, todos os que se colocam contra o regime fascista, compreendam que a liberdade de pensamento e organização devem ser uma conquista de todas as correntes políticas, sem discriminações, sem rejeição apriorística destes ou daqueles porque os «militares duros» não acatariam. Não nos iludamos: com a dosagem de uma anistia e a reorganização partidária, o que o regime pretende é impedir a formação de um amplo e sólido bloco democrático, é dividir o campo oposicionista. O resultado do «processo» do PCB e estas manobras tornam ainda mais premente o desenvolvimento da campanha pela anistia ampla e irrestrita, única capaz de atender às necessidades neste terreno.

N. Silva

A frente, o Congresso e a luta pela democracia

A análise do processo eleitoral que culminará nas eleições de 15 de novembro e a correta avaliação da importância de que se revestem essas eleições são problemas intimamente ligados ao papel que pode ser desempenhado pelo Congresso Nacional na luta pelo estabelecimento da democracia em nosso País.

Ao conclamar o povo e todas as forças democráticas para uma ativa participação na campanha eleitoral, os comunistas têm em vista não só a possibilidade que oferece o quadro eleitoral para um aumento do nível de organização e da influência das forças democráticas e populares. Procuramos levar em conta, igualmente, a possibilidade da formação de um bloco parlamentar que seja capaz de exprimir, na Câmara de Deputados e no Senado, a luta das forças oposicionistas.

Não se trata, nestas eleições, de exprimir pura e simplesmente um voto de repúdio à ditadura. O desenvolvimento das ações de massa, a influência já alcançada pelas forças de oposição, que se traduz na conquista de numerosos espaços democráticos, permitem hoje que as forças oposicionistas encarem com seriedade o papel do Congresso Nacional na luta pela democracia, assim como a necessidade de articular, em nível parlamentar, as diversas tendências e setores que podem participar dessa luta. A derrota dos candidatos do governo pode e deve se traduzir, portanto, na formação de uma bancada numerosa e influente, comprometida com as forças populares e com a democracia. A atividade desta bancada, no plano parlamentar, tenderá a dar maior realce e a aumentar a importância do Congresso como trincheira das forças que se opõem ao regime.

Deste ponto de vista, não temos dúvida que seria melhor e mais proveitoso que os diversos parlamentares oposicionistas estivessem unidos num só partido. A extinção do MDB, na medida em que for efetivada, pode dar margem a situações que dificultem a continuação da luta contra o regime, principalmente se desta extinção resultar uma fragmentação das diversas tendências oposicionistas. Em partidos onde tais tendências coexistam com outras correntes favoráveis ao regime.

O que é essencial destacar, neste momento, é que a dinâmica da luta pela criação de um regime democrático é mais forte e, por isso mesmo, ultrapassa as clivagens representadas pela existência de vários partidos políticos. Um bloco parlamentar democrático, que poderá se formar a partir das eleições

de novembro, tende por isso a refletir esta diversidade partidária e a buscar participantes em mais de um partido político. Torna-se, portanto, indispensável a realização de um esforço sistemático com vistas à unidade. Este esforço deve traduzir a necessidade de articular e compor, sempre em torno da questão democrática, as diversas tendências e correntes que um bloco parlamentar com essas características fatalmente abrigará. Tal esforço não pressupõe, evidentemente, a diluição da identidade própria e a descaracterização das formações (ou formação), que desde o início se apresentarem como francamente de oposição ao regime. Pressupõe, ao contrário, a reafirmação permanente do caráter dessas organizações, somada à tentativa de situar o problema democrático como o principal divisor de águas do novo Congresso a ser eleito proximamente. Essa tentativa, se coroada de êxito, pode se transformar num dos mais importantes elementos de impulso à luta oposicionista geral, com repercussões positivas sobre todos os segmentos e setores que compõe a frente oposicionista.

Não se advoga, obviamente, a criação de um instrumento parlamentar que atue desligado e sem levar em conta as reivindicações do movimento popular e dos demais segmentos oposicionistas. A luta pela democracia em nosso País não se dá no abstrato. Dá-se em torno de alguns pontos e questões muito concretos, que são ao mesmo tempo reivindicações fundamentais das camadas sociais e setores da opinião pública que já se opõem ao regime militar. O que se pretende é que esse instrumento possa exprimir, nos quadros parlamentares, o nível atingido pela luta popular e oposicionista em geral. Quanto mais forte for a articulação entre os componentes popular e parlamentar do movimento de oposição, maior será a capacidade de luta da frente oposicionista e de cada um dos seus segmentos em particular.

É possível, nas atuais condições, que o Congresso recupere uma parte da iniciativa política perdida nos últimos anos, de tal modo que se verifique um equilíbrio maior entre os Poderes, equilíbrio que alarga as faixas de atuação dos grupos parlamentares progressistas. A retomada de iniciativa permite que, pela ação destes grupos, aspectos da legislação imposta ao país pela ditadura militar sejam substituídos por medidas e leis que reflitam os interesses e as reivindicações dos grupos e camadas populares. Desta forma, a atuação de um bloco parlamentar democrático não pode ser unicamente passiva, ou seja, a de defender os espaços já conquistados e tentar impedir novas violências e arbitrariedades do regime. Este bloco pode se transformar num elemento de impulso da luta oposicionista, na medida em que proponha a aprovação de leis capazes de estimular a organização e o desenvolvimento das forças populares e democráticas, e de reduzir, ao mesmo tempo, a margem de manobra legal do regime, contribuindo para o seu isolamento.

Gaberia a um bloco parlamentar democrático, dentro desta ótica, propor uma discussão cujo resultado seria o estabelecimento de uma legislação sindical que viesse efetivamente às necessidades de organização da classe operária no nível reivindicatório. Tal legislação asseguraria o direito de greve e a formação de um movimento sindical livre da tutela estatal. Igualmente, é necessá-

rio que a Lei de Segurança Nacional, instrumento que acoberta os aspectos mais odiosos da estrutura repressiva do regime brasileiro, seja alterada em profundidade; de maneira que o regime se veja tolhido nas suas ofensivas contra as forças democráticas. Um bloco que congregue parlamentares progressistas e democratas pode, da mesma forma, propor medidas relativas à decretação de uma anistia ampla e sem restrições de nenhuma espécie, assim como restabelecer os mecanismos de consulta popular e de eleição direta em todos os níveis. A atividade deste bloco pode, ainda, se estender a outras faixas da vida nacional. O que é importante é que esta atividade seja contínua, e que o regime sinta que, mesmo no plano parlamentar, ele já não tem o monopólio da iniciativa política.

Isto pressupõe, como foi dito, uma estreita ligação entre o bloco parlamentar e o movimento popular e de massas. Mas não implica que cada um destes segmentos se veja impedido de buscar seus canais próprios de luta e de expressão. O movimento de massas deve desenvolver suas formas específicas de luta, a partir de reivindicações que interessem tanto às camadas populares como ao conjunto das forças democráticas. O risco a ser evitado, neste caso, é o do isolamento, o que significa que nenhum segmento da frente oposicionista deve se propor a enfrentar situações para as quais o conjunto do movimento de oposição não esteja preparado, ou propor reivindicações que conduzam a um estreitamento da frente de oposições. A luta parlamentar e a luta popular e de massas são processos complementares do embate que as forças democráticas travam contra o regime.

E de se supor que este processo criará um nível crescente de tensão entre o Legislativo e o Executivo. Na realidade, seria ingênuo imaginar que aspectos, mesmo parciais, da legislação ditatorial sejam derrubados ou modificados sem que isto provoque uma forte reação do Executivo, onde se concentra o núcleo militar de direção do País. Até onde esta tensão pode se desenvolver, é uma questão que não pode ser resolvida a priori. As forças democráticas, é evidente, não devem colocar no centro de sua atividade a resolução de problemas para cuja superação não estejam reunidas as condições objetivas e subjetivas. Mas algo pode ser feito no terreno parlamentar, e a determinação disto depende, em grande medida, do resultado das eleições de 15 de novembro e do espírito unitário que existir nas relações entre as forças democráticas.

Derrotar os candidatos do governo é condição necessária, mas não suficiente. O voto de repúdio à ditadura, para que vá além de um protesto popular, deve ser acompanhado de um intenso trabalho de unificação das correntes democráticas em torno de alguns pontos precisos. A inexistência deste espírito unitário, a incapacidade de estabelecer pontos em torno dos quais possa se articular, a cada momento, a luta contra o regime, só auxiliam o esforço que faz o regime para se perpetuar. Um amplo entendimento entre as forças oposicionistas, que seja acompanhado, na esfera parlamentar, pela criação de um bloco democrático, é, ao contrário, um elemento de impulso e de estímulo à luta da imensa maioria da Nação contra o regime ditatorial.

P. Gonçalves



Entrevista com Luis Corvalán, Secretário geral do PC do Chile

Há pouco mais de cinco anos, o governo legalmente eleito no Chile foi derrubado por um golpe militar. O Presidente da República, Salvador Allende, foi assassinado pelos golpistas. Muitos milhares de patriotas foram massacrados, milhões de democratas foram esbulhados em seus direitos e sotreram perseguições. O ditador posto à frente da ditadura instaurada pelo golpe fascista — Pinochet — se tornou um símbolo universalmente reconhecido (e odiado) da reação na América Latina. Em compensação, o Secretário Geral do Partido Comunista do Chile, Luis Corvalán, encarcerado pelos algozes de seu povo, se tornou um símbolo da resistência democrática e da vitalidade dos ideais socialistas no nosso continente. Hoje, reconquistada sua liberdade, Corvalán se acha empenhado, mais do que nunca, na luta pela reconquista da liberdade para todo o povo chileno. **Voz Operária** conseguiu ouvi-lo dia 25 de setembro, em Moscou, num momento em que o regime de Pinochet enfrenta crescentes dificuldades e é execrado pela opinião pública mundial.

VO - Como você resumiria o processo político que culminou no golpe de Pinochet, camarada Corvalán?

LC - Onze anos depois da Revolução Cubana, o povo chileno conquistou uma parte do poder político. Essa posição se manteve durante quase três anos, ao longo dos quais se realizaram as principais transformações estruturais da revolução antimperialista e antioligárquica, no rumo do socialismo.

A Revolução Chilena foi motivo de profundo mal-estar e inquietação para o imperialismo norte-americano. Ele temia que outros povos se sentissem estimulados a empreender um caminho semelhante, caso a experiência do Chile alcançasse pleno êxito. Por isso, engendrou-se nos Estados Unidos o golpe fascista.

VO - Por que a aliança da Unidade Popular não foi capaz de garantir o prosseguimento do processo de transformações iniciado com a eleição de Allende e de impedir a articulação golpista?

LC - Sabe-se muito bem que a revolução traz com ela o perigo da contra-revolução. A

contra-revolução avança quando os revolucionários perdem a iniciativa, quando a revolução se detém e passa à defensiva, em suma, quando a correlação de forças se altera em favor dos nossos inimigos. Da nossa experiência podem ser extraídas muitas lições. A principal delas é a de que não fomos capazes de conseguir manter a correlação de forças — que, num dado momento, nos era favorável, não só pelo número, mas em virtude dos efeitos da confiança e do fervor revolucionário das massas — permanentemente em nosso favor, impedindo que a iniciativa passasse às mãos da reação.

VO - Como o Partido Comunista do Chile caracteriza o atual quadro político chileno?

LC - Transcorridos cinco anos do golpe fascista, os fatos demonstram que a ditadura está se enfraquecendo a cada dia que passa e que o povo está se fortalecendo, inverte-se a tendência. A classe operária, as massas populares, as forças democráticas, ocupam crescentes espaços políticos e desenvolvem sua luta. Pinochet, em compensação, opera num campo cada vez mais restrito e pisa num terreno cada vez menos firme.

VO - Camarada Corvalán, como você vê a evolução da situação na América Latina, sobretudo neste último ano, marcado por tantos acontecimentos?

LC - À luz do que vem ocorrendo na América Latina, pode-se afirmar que a ofensiva desencadeada no continente nestes últimos anos pelo imperialismo vem perdendo força. Os povos estão assumindo a iniciativa. Os acontecimentos da Nicarágua são, a esse respeito, os mais elucidativos. Mas não se trata apenas da Nicarágua. O ascenso das lutas dos trabalhadores no Brasil, o avanço da oposição ao regime de Geisel, o desenvolvimento das lutas e a unidade das forças antifascistas no Chile, no Uruguai e em outros países; a libertação do camarada Antonio Maidana e de outros presos políticos no Paraguai; as tendências assinaladas nos resultados das eleições na Bolívia, no Equador, no Peru, em São Domingos e em outros países; tudo isso demonstra que estamos no início de novo preamar nas lutas das forças democráticas.

VO - E como você analisa a política do Presidente Carter para a América Latina, e particularmente em relação ao Chile?

LC - Trata-se de uma política contraditória, inconsequente e, em alguns aspectos, hipócrita. Sua administração teve alguns gestos positivos em relação ao Panamá e, em menor grau, em relação a Cuba. No entanto, mantém o bloqueio deste último país, o que é injusto, arbitrário e cruel.

Em matéria de direitos humanos, Carter se equívoca completamente, atira na direção errada e passa por alto o que acontece em sua própria casa. E, o que é mais grave, sob a administração de Carter o imperialismo norte-americano — e em grande parte seu próprio governo — continuam apoiando financeira e militarmente as sangrentas ditaduras da América Latina, como a de Somoza, a de Pinochet e a de Stroessner.

VO - Qual é a situação real da Unidade Popular? Como ela está se recuperando dos duros golpes recebidos sob a ditadura fascista?

LC - A Unidade Popular resistiu à prova da derrota, quer dizer, manteve-se como tal. E sua coesão é cada vez maior. Os partidos Comunista, Socialista, Radical, MAPU OC (Operário e Camponês), MAPU e Esquerda Cristã, que integram a Unidade Popular, representam o setor político mais avançado e esclarecido do povo chileno. A unidade desses partidos significa que vencemos uma parte da batalha, que a classe operária e o povo revolucionário exercerão amanhã, tal como exerceram ontem, uma influência decisiva nos destinos da nação. A ditadura fascista pretendeu liquidar os partidos da Unidade Popular, mas não pôde, nem poderá, destruí-los pelo terror.

VO - Como você sente, camarada Corvalán, a solidariedade internacional? Como vê o apoio que se dá à luta do povo chileno nestes dois anos de permanência sua no exterior?

LC - Demonstrou-se que a opinião pública mundial, a consciência democrática da humanidade e a mobilização de multidões de homens e mulheres progressistas constituem uma força colossal, capaz de impor um recuo e até de derrotar aqueles que pretendem submeter os povos às cadeias da escravidão.

A solidariedade internacional foi um dos fatores do isolamento a que foi relegada a Junta. Entre as vitórias da solidariedade internacional, se conta esse isolamento a que foi relegada a Junta; a Junta fascista foi praticamente obrigada pela pressão dos povos a abrir as portas de suas prisões para centenas e milhares de pessoas que se achavam encarceradas.

O movimento de solidariedade ao povo chileno é verdadeiramente universal. A União Soviética, a República Democrática Alemã, Cuba e outros países socialistas, a classe operária, os partidos comunistas, os partidos socialistas e social-democratas, os partidos republicanos e liberais, as três centrais mundiais de sindicatos, as organizações internacionais da juventude e das mulheres, as universidades e os estudantes, os juristas, governos e parlamentos, as nações não-alinhadas, os movimentos de libertação nacional, as igrejas, as mais destacadas personalidades da cultura mundial e toda a humanidade progressista consideram como seu o nosso drama e a nossa luta.

Prestes com a palavra: ilegalidade do PCB é mutilação da democracia

Um dos sintomas da mudança que está se realizando no nosso País é o redescobrimto de Luiz Carlos Prestes pela chamada «grande imprensa». Durante vários anos, o Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro foi sistematicamente ignorado pelos jornais e revistas de grande circulação: só negava-se ao grande público o acesso ao conhecimento das idéias e das posições de um homem que, há mais de cinquenta anos, vem influenciando profundamente sobre a vida política brasileira. Quando o nome de Prestes era mencionado, coisa que raramente acontecia, era no contexto de alguma provocação, à propósito de algum processo judicial ou de declarações feitas por ele na França sobre as eleições de 1974 (declarações truncadas e deformadas pelos *mass media*).

Agora, que o barco está fazendo água, o regime está dando mostras de seu declínio; a palavra de Prestes volta a merecer respeito, ele torna a ser ouvido com seriedade. Depois da revista *Isto É*, agora é a *Folha de São Paulo* quem se dirige ao Secretário-Geral do PCB para saber o que ele está pensando a respeito da situação nacional. A entrevista concedida por Prestes ao jornalista Getúlio Bittencourt, da *Folha*, acaba de sair num livro intitulado *A Quinta Estrela* (subtítulo: *como se tenta fazer um presidente no Brasil*).

O livro — que inclui entrevistas com Dom Paulo Evaristo Arns, com Dom Aloisio Lorscheider, com o General Euler Bentes Monteiro e com o General João Batista Figueiredo (além da entrevista com Prestes) — está despertando enorme interesse. E a entrevista concedida pelo Secretário-Geral do PCB está sendo considerada nos círculos políticos democráticos como «altamente positiva».

O jornalista Getúlio Bittencourt informa que obteve a entrevista por intermédio da assessoria de imprensa do Partido COMUNISTA Francês. Prestes respondeu por escrito às perguntas que lhe foram encaminhadas pelo jornalista. Em resposta à primeira pergunta, sobre o programa de «lenta, segura e gradual distensão política» preconizado por Geisel, o dirigente comunista disse que se tratava somente de um programa para modificar a forma, mantendo a essência do regime. A segunda pergunta se referia aos três candidatos que, no final de julho, se apresentavam à eleição de 15 de outubro. Prestes caracterizou Figueiredo como um «legítimo representante do sistema fascista, fiel continuador do ditador Geisel», falando da candidatura de Magalhães Pinto e da candidatura

de Euler Bentes como expressões do fato de que novas forças estavam se «desprendendo» do «sistema».

Na terceira pergunta, o jornalista indagava das possibilidades de legalização do PCB dentro da distensão Geisel-Figueiredo. Prestes afirmou que a ilegalidade do PCB constituiria sempre uma mutilação da democracia e lembrou que não haveria democracia efetiva sem que todos os partidos (inclusive o nosso) pudessem se organizar livremente. E disse: «Sabemos que a legalidade se conquista. Sabemos que, para a conquista da legalidade, é imprescindível a mobilização das massas populares e do movimento de Oposição. Sem luta, sem pressão, os detentores do poder não farão concessão democrática alguma. Estamos convencidos de que a questão da legalidade de nosso Partido interessa a todas as forças empenhadas na luta pela democracia».

Abordando o tema da quarta pergunta (o da retórica anticomunista das cerimônias oficiais que recordam os acontecimentos de 1935), Prestes disse que a palavra de uma minoria de militares conservadores encontra na sociedade brasileira uma ressonância limitada e que a retórica anticomunista não é capaz de mascarar a dura realidade da exploração dos trabalhadores e da opressão do nosso povo pelo imperialismo. «Com o tempo, o anticomunismo vem se tornando uma bandeira cada vez mais desacreditada e sem futuro; um número crescente de pessoas vai descobrindo o seu caráter intrinsecamente reacionário».

Em seguida, o jornalista desejou saber qual era a porcentagem de votos com que o PCB contava numa eleição, caso viesse a conquistar sua legalidade, e Prestes explicou-lhe que, por força dos longos anos de clandestinidade, qualquer previsão desse tipo era inviável. O Secretário-Geral do nosso Partido aproveitou, contudo, para lembrar que os candidatos do PCB, quando puderam se apresentar, sempre obtiveram expressivas votações; e, depois de eleitos, sempre tiveram uma boa atuação, capaz de angariar o apoio da população e o respeito até mesmo de muitos dos nossos adversários».

Depois, o representante da *Folha de São Paulo* quis saber como atuaria o PCB na legalidade. Prestes respondeu que a maioria da população brasileira interessava à edificação de uma democracia que permitisse o avanço em direção a profundas transforma-

ções econômicas, sociais e políticas de caráter antimonopolista, o que, por sua vez, abriria caminho para que essa democracia se desenvolvesse até a democracia socialista. «Alargada a legalidade de nosso Partido, continuaremos lutando pela ampliação e aprofundamento da democracia», disse Prestes. E acrescentou: «Tanto na Constituinte como após a promulgação da Constituição, prosseguiremos na luta em defesa das conquistas alcançadas, pela democratização crescente e pela renovação da sociedade, pelas transformações antimperialistas, pela reforma agrária, pela elevação do nível de vida material e cultural de nosso povo, que são as condições indispensáveis para avançarmos no rumo da democracia socialista».

Em sua sétima pergunta, Getúlio Bittencourt pediu a Prestes que opinasse sobre quais poderiam ser os desdobramentos imediatos da situação política atual no Brasil. Prestes assinalou a importância do revigoramento dos movimentos de massa e especialmente das greves realizadas nos setores mais dinâmicos e concentrados da economia brasileira. Além dos trabalhadores, os estudantes, a Igreja Católica, a OAB, a ABI e numerosas outras forças e organizações se mobilizam de forma convergente e abrem grandes possibilidades para o avanço do processo de democratização da vida brasileira. Apesar das restrições que a tolhem, é particularmente importante a campanha eleitoral para o pleito de novembro: «A manifestação popular por meio do voto será, sem dúvida, de grande importância para fazer com que se torne mais próximo o fim do fascismo».

A oitava e a nona pergunta cobravam de Prestes opiniões sobre temas tão amplos e distintos como o pluripartidarismo, a Constituinte, a autonomia sindical e a política econômica. O Secretário-Geral do PCB observou que o nosso Partido não tem um projeto pronto e acabado, pormenorizado, para a solução dos problemas nacionais: «Temos, isso sim, algumas posições de princípio. Uma dessas posições de princípio é, exatamente, a da democracia: lutamos pela crescente participação das massas populares na resolução dos principais problemas nacionais, pelo direito de se organizarem e defenderem seus interesses». A cristalização do programa do PCB depende da participação democrática do povo, do movimento de massas.

A última pergunta se referia ao papel que o PCB reconhece às Forças Armadas na vida política nacional. Prestes, em sua resposta, afirmou: «Rejeitamos as concepções de fundo anarquista que ignoram ou fingem ignorar o papel histórico e o papel atual das Forças Armadas num país como o Brasil. Rejeitamos, também, a retórica do antimilitarismo abstrato. O que interessa ao povo brasileiro não é «banir» as Forças Armadas da vida nacional, não é vê-las transformadas em palco de conflitos partidários, mas sim que uma sólida maioria de militares incorpore-se ao esforço para conquistar as liberdades, para construir e garantir um regime democrático».